



Os intelectuais na Era Vargas: percursos de pesquisa

ANA MARIA BERTOLINO*

A concepção teórica de intelectual

Todos os homens são intelectuais, pois, por mais que exerçam uma profissão mecânica e técnica, irão pensar no trabalho, sobre a vida e sobre o mundo que os cercam, não havendo não-intelectuais (GRAMSCI, 2001:52). Porém, dentro de uma sociedade, há homens que possuem a “função” de intelectuais, os quais irão organizar a cultura, os valores e as ideias de uma classe social ou de suas frações.

Os intelectuais eram pensados como um grupo autônomo, isolados da sociedade em que viviam. A teoria marxista “clássica” os via como uma aliança, uma força de prestígio para negociar sua influência (MACCIOCCHI, 1974:193). Com os estudos do filósofo italiano Antônio Gramsci (1891-1937), essa ideia se modificou, o intelectual passou a ser visto como um membro da sociedade, pertencendo a uma classe e sendo representante desta. Segundo Gramsci, intelectual é aquele que estrutura e organiza a ideologia, com os valores e ideias de um grupo para apresentá-los e difundir para a sociedade. Maria-Antonietta Macciocchi, especialista no trabalho de Gramsci, expõe o intelectual como:

“O intelectual é definido como o “representante da hegemonia”, o “funcionário da superestrutura”, o “criado do grupo dominante”, aquele que assegura o consenso ideológico (comando + hegemonia) da massa em torno do grupo dirigente, que serve de elo entre a superestrutura e a infraestrutura.[...]” (1974:188)

Com isso se percebe que os intelectuais se inserem dentro da dinâmica social, política e histórica de seu tempo. Como categoria social, estes têm a função de manter a ideologia funcionando (POULANTZAS, 1984:110), com a finalidade de sustentar o equilíbrio social e conservar o grupo que se encontra no poder. Há de destacar que os intelectuais podem ser originários da classe que representa ou não. Mostrando que tem um percurso prévio para além da função de intelectual que desempenham na sociedade. O seu papel é auxiliar uma classe a propagar e a lutar pela assimilação de seus preceitos pelo restante da sociedade, a fim de conseguir a conquista da hegemonia sobre esta.

* Mestranda em História pela Universidade federal de Uberlândia, e-mail: anambertolino@gmail.com

Gramsci dividiu os intelectuais em categorias, sendo que as mais importantes seriam a dos intelectuais orgânicos e a dos tradicionais. A primeira seria a dos intelectuais que se ligam organicamente a uma classe ou a um grupo, com a intenção de estruturar a ideologia a qual representam. A fim de que essa se prolifere e se tornem hegemônica perante a sociedade e ao Estado. Em seus escritos, o filósofo italiano expunha que um grupo podia se originar da função produtiva e econômica que exercia, desenvolvendo a partir disso, a sua consciência social e política, a qual pretendia difundir para a sociedade. O exemplo disso seriam os empresários, que poderiam ser os próprios intelectuais ou os contratariam para realizar a difusão de sua ideologia (GRAMSCI, 2001:15-16). Já a segunda categoria derivaria de uma continuidade histórica, com intelectuais ligados ao pensamento tradicional e conservador de uma classe dominante. Os representantes dessa seriam por exemplo os eclesiásticos, os quais propagam os preceitos da aristocracia fundiária (2001:16). Com isso, vê-se a importância dos intelectuais dentro da classe dominante, seja ela uma continuidade ou uma nova classe. Esses são os responsáveis por estruturar a ideologia com o intuito de obter a hegemonia perante a sociedade.

Em seus escritos, Gramsci refletiu sobre os partidos políticos, ressaltando os do proletariado. Esses eram vistos como o Príncipe Moderno, por serem um intelectual coletivo e que teriam novas ideias de ações políticas (MACCIOCHI, 1974:20). A função dos partidos seria organizar e educar os grupos sociais fundamentais. Com isso, expunha que todos os membros de um partido eram intelectuais, mesmo os que possuíssem outras funções profissionais, porque esses deixariam de representar os interesses socioeconômicos de seu próprio grupo para representar os mais gerais, como os nacionais (GRAMSCI, 2001:25). Assim, percebe-se que Gramsci via os intelectuais de maneira ampla, sempre aliado ao ser social, integrado a um lugar na sociedade. Há de se destacar que este filósofo pensou os intelectuais como uma colaboração para a revolução do proletariado.

Com base no que foi apresentado, é possível entender melhor o que aconteceu com os intelectuais durante a Era Vargas (1930-1945). A ligação entre o estudo de Gramsci sobre os intelectuais e o período em que Getúlio Vargas (1892-1954) presidiu o Brasil se faz pertinente, pois os dois foram contemporâneos. Gramsci nasceu e a maior parte de sua vida foi militante ativo na Itália nas décadas de 1920-1940. Quando Mussolini e o fascismo

estavam em ascensão, o filósofo foi preso por este regime, ele permaneceu preso até sua morte no ano de 1937. Neste mesmo ano, no Brasil houve a instalação da ditadura do Estado Novo, a qual tinha inclinações fascistas. Desta forma, mesmo tendo concepções diferentes de mundo, podendo até dizer opostas, Gramsci ajuda a entender o que ocorreu com os intelectuais que foram cooptados pelo regime Vargasista.

Contudo, Antônio Gramsci compreende os intelectuais integrados em uma sociedade e, principalmente, a uma classe social, sendo seus representantes. Esses dão forma a uma ideologia com os preceitos do grupo dominante, tendo a intenção de formatar a população e a sociedade. Com isso, há de se analisar quem eram os homens que durante a Era Vargas desempenharam a função de intelectuais. Vendo se esses eram ou não de acordo com a ideologia do regime.

Os intelectuais na Era Vargas

Pensando nos intelectuais brasileiros, havia momentos de maior e outros de menor proximidade desses com a política. Seria possível, de um modo geral, falar que os mesmos tiveram uma trajetória durante a Primeira República (1889-1930), até chegar ao período da Era Vargas. Quando uma fração dos intelectuais foram cooptados pelo regime. Ressaltando que alguns desses pertencia ou tinha proximidade com a classe dominante da sociedade brasileira e se viam como os dirigentes da nação.

No início da República, houve uma separação dos intelectuais brasileiros entre os “homens de pensamento” e os “homens de ação”. Enquanto os primeiros se detinham em reflexões mais filosóficas, pensavam nas coisas do espírito e faziam uma literatura mais descolada da realidade do país, os segundos estudavam e pensavam a realidade por meio das artes, e alguns intelectuais até se envolveram com a política de forma mais efetiva (SALLA, 2010:147-148). Porém, de uma forma mais geral, os intelectuais dessa época ficaram mais vinculados às características dos “homens de pensamento”. Sendo vistos como isolados da sociedade, presos em uma “torre de marfim” (VELLOSO, 2003:151). Estes receberam críticas de Getúlio Vargas, quando já estava na presidência, por não se ligarem à realidade da nação e essas críticas se estenderam à Academia Brasileira de Letras (2003:152). A fim de exemplificar essa separação entre os intelectuais, segundo a visão da geração de 1930,

Machado de Assis era visto como um escritor cosmopolita e descolado da realidade nacional e Euclides da Cunha representaria um “homem de ação”, por retratar a nação e ter tido um contato mais direto com essência do país (SALLA, 2010:151-152).

A partir dos anos 1920, os intelectuais se voltariam para pensar e estudar mais intensamente, algumas questões como: o que era o Brasil? O que era a nação brasileira? O que era ser tipicamente brasileiro? Essas indagações se estendem até as décadas posteriores, 1930 e 1940, levando a refletir que houve uma mudança no pensamento dos intelectuais. O processo de mudança se iniciou com movimento modernista na década de 20 do século passado, em que alguns expoentes daquele movimento procuravam fazer uma arte tipicamente brasileira. Segundo a autora Maria Arminda do Nascimento Arruda, o movimento ficou mais restrito às artes e à linguagem, ainda não focalizando diretamente a realidade do país (2011:195). Tanto que o escritor Mário de Andrade, um dos expoentes do modernismo do Brasil, assume que foi um ser apolítico e que fez sua ação através das artes (2011:194). Vale destacar que os intelectuais de 1920 ainda se inspiravam nas vanguardas europeias (MICELI, 2001: 97). Enquanto a geração de 1930 ficou marcada por desenvolver uma literatura social e realista, conhecida como regionalista. Esta retratava o Brasil do interior, saindo do eixo Rio de Janeiro e São Paulo (ARRUDA, 2011:196). Contudo, sem os avanços dos modernistas de 1920, os intelectuais de 1930 não conseguiriam realizar os seus feitos¹. Podendo até a falar que o modernismo no país possuiu duas fases no país, uma em 1920 e a outra 1930-1940.

Após esta breve visualização da trajetória dos intelectuais no Brasil antes da Era Vargas. É necessário pensar no papel e no lugar social que estes ocupavam, mesmo com as mudanças que ocorreram, a origem dos intelectuais não se alterou entre 1920 e 1940. Alguns deles vinham da aristocracia, ou seja, pertenciam à classe dominante, e portanto possuíam os valores intrínsecos a essa. Na análise de Daniel Pécaut², os intelectuais são vistos como um

¹ Por mais que houvesse o reconhecimento do mérito dos avanços dos modernistas, a geração de 1930 fez várias críticas, acusando os modernistas de “artificiais” e de não expor a realidade brasileira. Na tese de Thiago Mio Sella, o autor expõe as críticas feitas ao modernismo por Graciliano Ramos, por José Lins do Rego e por Jorge Amado. In: SALLA, T. M. **O fio da navalha: Graciliano Ramos e a revista Cultura Política**. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p.169-180

² Pelos escritos de Daniel Pécaut, nota-se que este considerava os intelectuais como independentes de suas origens e de seus vínculos sociais, não sendo determinantes nas suas posturas enquanto intelectual. A escolha por uma categoria social, no caso dos escritores, era coletiva por esta categoria já existia anteriormente. Mesmo

grupo independente, que trabalhava em causa própria (1990:13), os comparando ao grupo dos tenentes. Isso não se sustenta, pois o próprio autor antes de expor essa análise, citava a origem de determinados intelectuais, os quais eram ligados a grandes famílias ou a classe administrativa. Sendo possível afirmar que a origem vinda da classe dominante, certamente teve um peso nas escolhas e na visão da realidade dos intelectuais.

Quanto ao lado profissional dos intelectuais, não havia uma profissão que os definissem socialmente. Estes tinham três tipos que se destacavam, os quais eram: advogados, engenheiros e homens de cultura (1990:34). Mas isso se modificou em decorrência de dois fatores. Primeiro, a ampliação dos cursos universitários em meados de 1930 e aumentando do número de pessoas com diplomas. Isso mobilizou a classe dirigente a procurar meios para continuar tendo a hegemonia sobre a sociedade e fez com que os intelectuais dessa classe se vissem como os condutores da nação (MICELI, 2001:118-119). Outro fator foi que nos anos 1940 os concursos públicos foram instituídos, com grande parte dos intelectuais passaram a fazer parte do serviço público (2001:34), mesmo os desfavoráveis à ideologia do regime. Sendo importante destacar que este trabalho irá focar nos intelectuais que eram escritores. Assim, nota-se que a postura destes foi se adequando aos novos momentos e ganhando mais visibilidade na sociedade e no Estado.

Há de se pensar nas influências teóricas e de algumas correntes sobre os intelectuais brasileiros no período de 1930 e 1940. Uma parte deles eram regidos pelo signo do Positivismo, com ênfase na ciência e na sociologia, como uma forma de estabelecer leis para a sociedade. Dentro disso, foram importados da Europa e pensados para a realidade do Brasil, o darwinismo social, o evolucionismo, o determinismo e outras correntes (PÉCAUT, 1990:35-36), sendo teorias das ciências naturais aplicadas as sociais. Entre os intelectuais que as estudaram, destacaram-se Oliveira Viana e Azevedo Amaral. Junto com as ideias positivistas, alguns intelectuais acreditavam no autoritarismo e pregavam este como o caminho para o país, e o sentimento antiliberal, dizendo que o liberalismo vinha de fora e não se encaixava na realidade do país (1990:28). Pelo que foi apresentado, percebe-se uma tendência conservadora e tradicional entre determinados intelectuais do período. Destaca-se que também havia intelectuais de esquerda, ligados ao partido comunista e à Aliança Nacional Libertadora

(1990:83-84). Com isso, mostra-se a diversidade de pensamentos, de ideias e de projetos entre os intelectuais dos anos de 1930 e 1940 para moldar a sociedade brasileira.

É preciso analisar de maneira mais atenta a postura dos intelectuais de se autoproclamarem como dirigentes do país. Uns intelectuais da década de 1930 tinha isso como um lema forte de serem os condutores do Brasil, juntamente com os políticos. Pécaut expõe em seu texto, que esses pensavam em formar uma cultura nacional e civilizada orientada pelo grupo dominante e que seria disseminada entre a população, tornando-se hegemônica. Diziam que era necessário “civilizar por cima, civilizar os que estão em estado de compreender” (1990:28).

A pretensão de alguns intelectuais de serem os dirigentes de uma cultura tipicamente brasileira foi ao encontro com as pretensões do regime de Getúlio Vargas. Esse almejava estimular a formação de um sentimento de nação e de um nacionalismo entre a população. Para atingir seus objetivos, o governo tinha intenção de estabelecer uma relação com os intelectuais, para auxiliarem na estruturação e na propagação de sua ideologia nacionalista. O autor Daniel Pécaut mostra em seu texto essa relação entre o regime e os intelectuais:

Em seguida, o reconhecimento dado pelo regime de 30 ao papel dos intelectuais na “redescoberta do Brasil” e na construção científica da identidade brasileira. Esse regime não estava menos propenso ao “realismo” do que os pensadores sociais, isto é, necessitava destes para fazer a teoria dessa realidade e tomar parte no desenvolvimento da propaganda nacionalista.

Esses dois elementos são essenciais para se interpretar a posição social atribuída aos intelectuais e as interferências entre o campo intelectual e o campo político. Muitos intelectuais colocavam-se, perante a sociedade, em posição homóloga à do Estado; constataremos que a reciprocidade era verdade. O Estado, apresentando-se como responsável pela identidade cultural brasileira, desejava realizar a unidade orgânica da nação e recorre aos intelectuais para alcançá-la. (1990:59)

Essa união entre o regime e os intelectuais teve a intenção de disseminar entre a população os valores que se diziam serem os nacionais, com o intuito de formar uma unidade cultural nacional, superando a divisão regionalista da Primeira República, a qual era criticada pelo regime varguista. Nas décadas de 1930 e 1940, os conceitos de política e da cultura foram quase inseparáveis para o regime, aliando as novas diretrizes culturais às mudanças políticas ocorridas no país. Ressalta-se que os intelectuais eram os responsáveis pela produção

e divulgação da cultura nacionalista (1990:69) e que estes recebiam apoio moral e material do governo (SALLA, 2008:5).

Nesta época havia no Brasil intelectuais positivistas, de direita, de esquerda, autoritários, católicos, reacionários entre outros. Sendo interessante notar que o regime de Vargas conseguiu reunir em torno de seu projeto intelectuais das mais diversas correntes, mesmo durante a ditadura do Estado Novo. O governo só não cooptou os mais rebeldes, sem ter uma ruptura drástica, deixando uma relação em aberto (PÉCAUT,1900:72). Para exemplificar os vários intelectuais que contribuíram, pode ser citados: Lourival Fontes, Francisco Campos, Almir de Andrade, Oliveira Viana, Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, entre outros. Com este cenário, percebe-se que o grupo de Vargas conseguiu agregar os mais diversos intelectuais em seu regime e assim passando para a população uma aparente unidade em torno da ideologia varguista. Essa aparente unidade foi frágil, ajudada pela situação mundial, e permaneceu por um determinado tempo.

Alguns intelectuais que colaboraram com o regime, eram ligados mais a uma fração burocrática do que a um dirigente político ou a uma facção política (MICELI, 2001:198). Esses podiam ser vistos como um ponto de apoio e até de lealdade para os burocratas, que tiveram a sua posição tanto política, como social valorizada perante o Estado. Por mais que a Era Vargas seja vista como um período de maior racionalização e burocratização do Estado brasileiro, por ter sido a época em que vários ministérios foram criados e também os concursos públicos. Ainda sim havia uma grande influência pessoal muito presente, principalmente em se tratando dos intelectuais. Em diálogo com a noção de “partido” de Gramsci, percebe-se que o regime e o próprio Estado tentou desempenhar o papel de intelectual coletivo.

Uma parte considerável dos intelectuais ingressou no serviço público, alguns como servidores públicos, concursados, e outros apenas cooptados para um trabalho de tempo parcial (2001:208). Com isso, vê-se que estes desempenharam várias funções em diversos ministérios. Sergio Miceli³ classificou em quatro categorias, ou papéis, desempenhados pelos

³ Para entender os intelectuais brasileiros, Sergio Miceli tenta perceber as relações sociais desses com as frações da classe dominante. Dando ênfase na origem e no lugar social, destacando que uma parte dos intelectuais proviam de famílias decadentes. Este autor também analisa os investimentos feitos pela classe dominante na

intelectuais dentro do regime varguista. A primeira seria a “elite intelectual” do Estado, intelectuais que possuíam altos cargos no governo, fazendo parte da cúpula do governo. Esses intelectuais tinham uma atuação dupla, na política e na cultura (2001:210). Alguns conquistaram tanta importância, que chegaram a ser ministro de Estado, como por exemplo, Francisco Campos, o qual foi ministro da justiça e autor da constituição de 1937. A segunda categoria era dos “homens de confiança”, os quais integravam comissões ou eram chefes de institutos e departamentos. Ressaltando que estes tinham influência sobre os ministros, como portadores de seus próprios interesses (2001:211-212). A terceira era composta pelos intelectuais que tinham algum conhecimento específico, estes foram trabalhar em museus e bibliotecas, ficando conhecidos como os “administradores da cultura” (2001:213). A última seria a dos intelectuais de carreiras mais tradicionais, as funções de intelectuais, como de cargos jurídicos, professores de faculdade (2001:213); que na época estas estavam aumentando.

O mesmo autor ainda fez uma distinção interessante entre os escritores que foram funcionários públicos. Neste caso identificou os escritores-funcionários e funcionários-escritores, a diferença entre eles se dava pela origem e pela trajetória do intelectual. Os primeiros eram cooptados pelos membros do alto escalão do governo por causa de sua posição social e de seu capital cultural, geralmente foram trazidos para trabalhar no Rio de Janeiro (2001:231). Como representante dos escritores-funcionários temos Carlos Drummond de Andrade. Já os funcionários-escritores começavam suas carreiras como funcionário público na capital, sem apoio de uma figura importante do governo e sem muita visibilidade, tinham que conquistar uma posição. Desse modo, vê-se que o regime de Vargas contava com variadas maneiras de cooptar os intelectuais para colaborar com o seu projeto de nação. Mas há de observar que houve alguns que se engajaram e outros menos na sua função de intelectual, o que aconteceu por uma identificação ou não com os preceitos pregados pela ideologia.

Por mais que o regime tenha se cercado de intelectuais em todos os setores, precisa-se destacar que em dois a presença desses era mais marcante. Esses dois eram: o Ministério da Educação, sobre a direção de Gustavo Capanema e o Departamento de Imprensa e

Propaganda (DIP), sobre a supervisão na maior parte do tempo de Lourival Fontes. Isso se deu pelo fato de os dois setores serem onde se organizava a estruturação e a divulgação da ideologia do regime com maior intensidade. A pesquisadora Mônica Pimenta Velloso aponta que havia uma distinção entre a função destes dois órgãos. O Ministério da Educação teria o intuito de formar uma cultura erudita e o DIP seria mais para controle dos meios de comunicação e direcionar a cultura popular (VELLOSO, 2003:149). Assim, nota-se que nestes dois órgãos, os intelectuais exerciam a sua função orgânica de formatar, produzir e divulgar a ideologia para moldar a população, de modo mais efetivo, de acordo com os conceitos gramscinianos de intelectual.

Perante o que foi exposto sobre intelectuais brasileiros das décadas de 1930 e 1940, pode-se falar que alguns desses foram intelectuais tanto tradicionais, quanto orgânicos, segundo o pensamento de Gramsci. Porque eles compactuavam com as ideias de uma classe dominante atrelada aos valores tradicionais, estruturam as ideias dessa para formar uma ideologia e ser difundida para a sociedade, a fim de enquadrá-la dentro das intenções do regime. A Era Vargas foi um período no qual o governo, junto com os intelectuais, produziu e divulgou o projeto pretendido por uma fração da classe dominante, tentando convencer as outras frações e classes sociais que tal projeto era o melhor para o Brasil naquele momento; tanto pelo consenso, como pela coerção.

Cabe ressaltar, que nem todos os intelectuais tiveram as mesmas pretensões da classe dirigente e viam sua colaboração ao regime como um trabalho. Porém, certos intelectuais tinham intenções semelhantes as do governo e auxiliaram na estruturação e na propagação da ideologia oficial do regime varguista, numa relação de reciprocidade. Pelo que foi apresentado, nota-se que a ideologia teve um forte apelo nacionalista e pretendia criar um sentimento de unidade na população brasileira.

Um intelectual: Graciliano Ramos

Um dos maiores escritores brasileiro é o alagoano Graciliano Ramos (1892-1953). Este viveu durante o período da Era Vargas e como parte dos intelectuais, também colaborou com o regime, participando da revista oficial do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), a *Cultura Política*. Pela sua trajetória, se torna interessante, e até intrigante, analisar a

participação de Graciliano Ramos em tal publicação. Sendo importante destacar alguns fatos da vida de Ramos.

No ano de 1936, quando Vargas já era presidente da república, Graciliano Ramos foi preso. Ficando no cárcere por dez meses e dez dias, durante este tempo nunca foi apresentado o motivo formal de sua prisão. A conduta de Ramos em seus cargos públicos⁴ e seus escritos literários não exaltavam o governo de Vargas (FARIA, 2014:61) e a sua afinidade com o socialismo, na época da tensão social contra o comunismo estava em alta, fatores que podem ter ocasionado a sua prisão. Durante os dez meses sobre a custódia do regime, o autor que foi detido em Maceió, transferido para o Recife e depois para o Rio de Janeiro. As recordações dolorosas de sua prisão deram origem, anos mais tarde, ao livro *Memórias do Cárcere* (1953), no qual relata os acontecimentos, as suas angústias, as dores físicas e as sensações no e do cárcere. Pelos relatos que se tem sobre o momento da escrita deste livro, Graciliano Ramos demorou para escrever, tanto que o deixou inacabado. Mostrando o quanto era doloroso rememorar seu sofrimento da prisão.

Entre os anos de 1941 e 1944, o escritor alagoano escreveu a coluna *Quatros e Costumes do Nordeste*, na Revista *Cultura Política*. Para além da contribuição com seus escritos, ele era responsável por algumas revisões e por fazer uma triagem nos textos que chegavam à redação, sendo um “subeditor”, conforme Almir de Andrade, diretor desta (SALLA,2010:229-230). A participação de Graciliano Ramos nesta revista pode ser considerada a maior e a por mais tempo em uma única publicação (SALLA,2008:2). Em sua tese, Thiago Salla aponta evidências da proximidade que Ramos tinha com a revista do DIP. Dentre elas as cartas trocadas com Nelson Werneck Sodré, nas quais Graciliano dizia que iria interceder por Sodré na questão de seus pagamentos e a outra foi ter rascunhos de seu livro *Infância* em papel timbrado do DIP (SALLA, 2010: 230-232).

Em 1945, ano em que a ditadura do Estado Novo terminou, Graciliano Ramos filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), que saiu da ilegalidade. Porém, o autor ficou um pouco resistente e pensativo em ingressar no partido e só se filiou após um convite do próprio Luís Carlos Prestes (FARIA, 2014:71). Foi um integrante participativo dentro deste e

⁴ Os cargos exercidos por Graciliano Ramos antes de sua prisão foram: o de prefeito de Palmeira dos Índios-AL (1929-1930), o de diretor da *Imprensa Oficial de Alagoas* (1930-1931) e o de diretor de Instrução Pública de Alagoas (1933 a 1936).

colaborou como intelectual e escritor em diversas publicações comunistas. De acordo com as ideias defendidas pelo PCB, Ramos advogou em favor do “Queremismo”. Esta corrente queria que a transição entre a ditadura e a implantação de um governo democrático fosse chefiada por Getúlio Vargas⁵.

Com estes fatos controversos expostos sobre a vida de Graciliano Ramos, há de se analisar melhor a sua colaboração na revista *Cultura Política*. Sendo que esta era considerada a revista de matriz ideológica do regime e seu público alvo era uma camada mais letrada da população, como professores, burocratas, acadêmicos e outros. Por ter este público mais intelectualizado, a revista era um lugar que permitia alguns questionamentos e algumas críticas, já que dela participavam intelectuais de diversas correntes, que blindava por um pacto esta para que as críticas ficassem restritas a aquele lugar (SALLA,2008:7). Com isso, permitia que os colaboradores dessa apontasse algumas ideias contraditórias as do regime. A *Cultura Política* pretendia ser “ um espelho do Brasil”.

Para pensar o Brasil seria necessário resgatar as suas tradições, segundo o regime varguista e seus intelectuais. Essas tradições se encontrariam no Nordeste, de acordo com a lógica do governo, já que nesta região se localizaria a “alma nacional” (2008:6). Dentro da *Cultura Política*, havia uma coluna que retrataria o Nordeste a *Quadros e Costumes*, escrita por Graciliano Ramos. Este queria, como alguns intelectuais, escrever sobre a realidade do Brasil, expondo a sua região para o restante do país. Os textos de Ramos referiam-se ao passado, uma vez que na época em que escrevia a coluna este morava há algum tempo no Rio de Janeiro. As crônicas da *Quadros e Costumes do Nordeste* retratavam as mazelas e misérias da região, mas não dizia se estas tinham acabado com as mudanças políticas feitas depois de 1930. A participação de Graciliano Ramos em uma revista da envergadura da *Cultura Política*, gera algumas inquietações e indagações. Se esse compactuou ou não com as ideias do regime varguista? Se apoiava alguns pontos da ideologia?

Em sua tese Thiago Mio Salla fez uma reflexão sobre as diversas interpretações sobre a participação de Graciliano Ramos na *Cultura Política* teve ao longo do tempo. Na década de 1980, os estudiosos passaram a ver a colaboração deste autor como comprometimento com o

⁵ Para maiores detalhes consultar em FAUSTO, B. **HISTÓRIA DO BRASIL**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.p. 385-387

regime do Estado Novo. Este tipo de análise, irritou a família de Ramos, por acharem que denegria a imagem do autor (SALLA, 2010:52). Porém, havia outra corrente, que ganhou força nos anos 2000, a qual via os escritos de Graciliano Ramos na *Cultura Política* como um lugar em que o escritor pôde fazer críticas ao regime e denunciar as misérias do Nordeste⁶. Todas essas abordagens são possíveis pela destreza do autor ao escrever a *Quadros e Costumes do Nordeste* sem um posicionamento claro, cheio de ambiguidades para fugir da censura do DIP. Graciliano Ramos expôs os quatros e os costumes nordestinos, apresentando aspectos políticos e sociais que podiam ser do Brasil inteiro.

Bibliografia

ARRUDA, M.A.do N. Modernismo e regionalismo no Brasil: entre a inovação e a tradição. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v.23, n.2, Novembro de 2011.

FARIA, P.A.G.de. **Crônicas de Graciliano Ramos em Cultura Política (1941-1944):** Estudo Crítico. Dissertação (Mestrado)- Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2014.

FAUSTO, B. **HISTÓRIA DO BRASIL**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008.

GRAMSCI, A. Os Intelectuais. **Cadernos do Cárcere**, v.2. Coutinho, Carlos Nelson et. Al (orgs.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2001.

MACCIOCCHI, M.A. **A favor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Editora PAZ E TERRA, 1974

MICELI, S. **Intelectual à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PÉCAUT, D. **Intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação**. São Paulo: Editora Ática, 1990.

POULANTZAS, N. As Classes sociais e luta de classe. In: _____. **Poulantzas: sociologia**. Organizador [da coletânea] Paulo Silveira. Trad: Heloisa Fernandes. São Paulo; Ática, 1984.

SALLA, T.M. Crônicas do passado sertanejo: a colaboração de Graciliano Ramos na revista *Cultura Política*. In: XI Congresso Internacional da ABRALIC: Tessitura, Interações, Convergências, São Paulo, 2008. **Anais...** São Paulo: Associação Brasileira de Literatura comparada, 2008, (e-book).

_____. **O fio da navalha: Graciliano Ramos e a revista Cultura Política**. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

⁶ A interpretação de ver os textos de Graciliano Ramos como uma crítica ao regime, parte do meio acadêmico. Thiago Salla cita as pesquisas de doutorado de Ana Amélia M.C. Melo e de Nádia Regina Bumirgh. In: SALLA, T. M. **O fio da navalha: Graciliano Ramos e a revista Cultura Política**. 2010. Tese (Doutorado em Teoria e Pesquisa em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.p. 53-54



VELLOSO, M.P. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: DELGADO, L. de A.N. e FERREIRA, J. (org.) **O Brasil Republicano** – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. v.2. 2003.p.145-179